

I. A ESCOLA FAMÍLIA RURAL - DESCRIÇÃO DO MÉTODO
=====

- 1.1. DEFINIÇÃO
- 1.2. PEDAGOGIA
- 1.3. BASES ESTRUTURAIS E METODOLÓGICAS
 - 1.3.1. ALTERNÂNCIA
 - 1.3.2. INTEGRAÇÃO FAMILIAR - PARTICIPAÇÃO DOS PAIS
 - 1.3.3. A E.F.R. COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ADULTOS
 - 1.3.4. CONVIVÊNCIA FORMATIVA NA ESCOLA
 - 1.3.5. OS ALUNOS E DURAÇÃO DO CURSO
- 1.4. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DO TRABALHO DAS E.F.R.
 - 1.4.1. NO PLANO SOCIAL
 - 1.4.2. NO PLANO TÉCNICO E ECONÔMICO
 - 1.4.3. NO PLANO CULTURAL
- 1.5. DIDÁTICA DAS E.F.R.
 - 1.5.1. OBJETIVOS
 - 1.5.2. FUNDAMENTO PSICOLÓGICO DE MÉTODO
 - 1.5.3. PROCESSO DE APRENDIZAGEM
 - 1.5.4. O PLANO DE ESTUDO
 - 1.5.4.1. TÉCNICAS
 - 1.5.4.2. ETAPAS
 - 1.5.5. CURRÍCULO

1.1. DEFINIÇÃO

A escola-família é, antes de tudo, uma instituição familiar, destinada ao desenvolvimento dos jovens rurais, à promoção humana e ao desenvolvimento das comunidades.

É o ambiente onde se encontram, numa ação comunitária, os jovens, os pais, os educadores, e a comunidade e as entidades, numa convergência de atividades, de iniciativas de responsabilidades, com a finalidade precípua da promoção do homem do campo.

As escolas - Famílias pretendem promover as famílias dos agricultores e seus filhos, pela atividade e pela reflexão, dentro de uma realidade com a qual estão em contato permanente pelo trabalho e pela escola, e que, longe de separar os seus membros, os mantém conscientes e unidos.

A E.F.R. ajuda o jovem rural humana e tecnicamente, de maneira a formar dentro das suas possibilidades, um homem preparado, responsável e dinâmico para o desenvolvimento de sua futura família, sua propriedade e de sua comunidade. Se por qualquer motivo ele não encontrar no seu ambiente, condições para se promover e promover os outros, então que as E.F.R. o ajudem na formação de um homem apto a tomar decisões, a escolher sua profissão e a ser progressista na comunidade onde irá se integrar.

1.2. PEDAGOGIA

As E.F.R. pretendem promover o jovem agricultor, conservando-o em sua atividade na propriedade familiar e levá-lo à reflexão dentro da realidade com a qual está em contato permanente. Ao mesmo tempo, por uma atividade que se poderia chamar escolar, mas que é também vida, levá-lo a encontrar pelas reflexões, o fundamento de seu trabalho na agricultura.

Sem dúvida, a educação tem nas E.F.R. um lugar especial: os progressos das ciências e das técnicas não podem ser ignorados pelos agricultores. Porém, o ensino não pode se limitar a exposições teóricas que poderiam afastar o jovem agricultor de sua família e de seu meio. O ensino dado aos jovens e o esforço pelos monitores para ajudar a melhorar seu trabalho, estão fundados na realidade que é a propriedade familiar.

A pedagogia nas E.F.R. está fundada nos seguintes princípios:

- Respeito à Pessoa

O desenvolvimento da personalidade de cada pessoa se realiza dentro de suas características próprias. Cada pessoa é condicionada em suas características físicas e mentais, dentro de momentos históricos e geográficos e com liberdade de fazer opções.

- Integração Escolar e Vida

Para que a escola se torne um verdadeiro lugar de educação, é necessário uma integração do aluno no seu meio. A vida ensina e educa e é fonte geradora de experiências e conhecimentos. É dentro da vida que a comunidade inteira educa as pessoas. A escola é, antes de tudo, um ordenador de informações. Para o entrosamento com o meio, a comunidade e os líderes devem permanentemente estar em contatos com a Escola. Quando a Escola pretende unicamente ensinar, apresenta ao jovem uma realidade artificial e empobrecida. A Escola é serviço e não dona do saber e somente assim poderá ser escola para a vida.

- Educação pelo trabalho e para o trabalho

A aprendizagem é feita pela ação a qual leva ao interesse, à responsabilidade, ao diálogo e ao desenvolvimento da personalidade. Para isso, todas as atividades dentro e fora da Escola devem ser aproveitadas para educar.

- A Escola centro de comunidade

A Escola deve ser centro da comunidade. Para ela deveria convergir todos os empreendimentos e dela partir o impulso de melhoria social. Cabe à Escola, promover sessões recreativas, sociais, culturais e outras atividades que levem a comunidade a enfrentar seus problemas reais e que impedem o desenvolvimento.

Deve considerar que as comunidades rurais têm valores e como tais devem ser respeitadas, quer em seus aspectos culturais, quer morais e religiosos. O desenvolvimento se faz a partir de cada pessoa e da comunidade, contando em primeiro lugar com recursos existentes no próprio meio. Estes recursos devem ser dinamizados e se fôr preciso se juntarão a eles, recursos vindos de fora.

1.3. BASES ESTRUTURAIS E METODOLÓGICAS

1.3.1. Alternância

A característica essencial das E.F.R. é o regime de "Alternância" da vida familiar e da vida escolar do aluno, de maneira a conjugar o meio e a escola com um período de vivência em ambos. A alternância confere uma originalidade ao funcionamento das E.F.R., evitando um dos mais sérios problemas das escolas tradicionais que é a ruptura do ambiente familiar e a vida da escola, entre pais e filhos, entre teoria e prática.

Pela alternância, cada mês o jovem permanece quinze (15) dias na escola e quinze (15) dias em sua família passando por três (03) fases:

- uma fase de aquisição na Escola em contato com os monitores, onde são aclarados e ampliados com a explicação científica e técnicas os conhecimentos dos alunos, oferecendo-lhes as bases de uma cultura geral para depois refletirem sobre o que descobrirem e adquirirem. A razão de ser destas duas semanas na Escola e a oportunidade que os jovens têm de refletirem sobre a vida. Esta fase se passa em regime de internato, porque a ausência do meio faz com que o aluno descubra melhor a análise melhor dos fatos.
- uma fase de busca, na vida, em sua família onde o jovem recolhe experiências e pouco a pouco chega à consciência de seus deveres.
- uma fase de assimilação, na vida da Escola, devendo o aluno chegar a uma síntese dos seus conhecimentos da vida e de suas aquisições da Escola.

1.3.2. Integração familiar e Participação dos pais

Pela alternância pode-se perceber a importância dos pais na formação dos filhos. Para isso, os pais se reúnem com os monitores onde são colocados a par da didática do P.E. (Plano de Estudo) a forma como devem orientar seus filhos. Porém a integração familiar não se limita a esta intervenção dos pais. Eles devem participar também ativamente nos trabalhos da Escola, não só como pais de alunos mas como colaboradores dos monitores levando à frente toda a administração da Escola. A participação da família se realiza em três níveis:

- participação e responsabilidade de cada família individualmente;
- participação das famílias em uma reflexão comum, tratando-se de melhorar constantemente a educação em cada família e na Escola;
- responsabilidade coletiva das famílias organizadas com personalidade jurídica - Associação de Pais.

1.3.3. E.F.R. como processo de formação de adultos

O jovem agricultor, uma vez envolvido em um sistema educacional onde a vida é a fonte de experiências e de conhecimentos, faz com que os adultos sejam também envolvidos neste processo.

Os meios que dispõem são vários: a alternância, reuniões de pais, cursos para os pais e agricultores, o Plano de Estudos, as visitas às famílias, etc. O jovem juntamente com o pai e os irmãos, analisam a situação agrícola nos seus aspectos técnicos, econômicos e sociais.

O adulto geralmente levando uma vida estática se deixará envolver pelos jovens, que são dinamizados pelas atividades na Escola e na propriedade. A estática social do ambiente rural deverá sofrer uma ruptura e os comportamentos superficiais dos adultos pensarão e ser profundos, sobretudo nos aspectos de formação da personalidade nas relações sociais e na rotina da vida do campo.

1.3.4. Convivência formativa na Escola

A convivência formativa na Escola é importante. Nela convivem com os monitores, um grupo de vinte e vinte e cinco (20 e 25) alunos, de quinze e dezoito anos (15 a 18), procedentes das mais variadas localidades. Esta convivência desenvolve a vida social e grupal, normalmente muito individualista no meio rural.

O aluno na Escola, faz a maior parte dos trabalhos domésticos: limpeza de salas de aula e dormitórios, arrumação do refeitório, serviços de copa, etc. Só o trabalho da cozinha permanece a cargo da cozinheira, considerada na E.F.R. como pessoa importante na formação dos jovens.

1.3.5. Os alunos e duração do curso

Todos os alunos são filhos de agricultores e a idade requerida para entrar na E.F.R., está na faixa de quinze a dezoito (15 a 18) anos. O ciclo de formação é de dois anos.

Deve-se notar que as E.F.R. não são só para rapazes. Há também Escolas Famílias Femininas para as filhas de agricultores que funcionam nos moldes das Escolas Famílias Masculinas, sendo ministrados cursos de cultura geral e economia doméstica.

1.4. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DO TRABALHO DAS E.F.R.

1.4.1. No plano Social

As famílias rurais são tradicionais e vivem um pouco isoladas, mas abertas às inovações. Devido ao desenvolvimento e ao alcance dos meios de comunicação, as comunidades rurais entram mais rapidamente em contacto com o mundo exterior, o que faz com que certas barreiras de aproximação e entendimentos, possam ser vencidas mais depressa.

As condições econômicas das famílias e o isolamento em relação ao centro urbano, impedem aos jovens continuar os estudos depois do curso primário, se é que conseguem terminar este.

Difícilmente os jovens que seguem o curso secundário na cidade, regressam ao campo depois.

1.4.2. No Plano Técnico e Econômico

A falta de cultura geral e de formação profissional constituem o principal obstáculo de integração dos agricultores e a um programa de desenvolvimento sócio econômico.

Por isso os meios técnicos e econômicos com os quais contam os agricultores têm uma eficácia muito limitada.

As escolas técnicas agrícolas tradicionais são pouco eficazes e pouco adequadas na promoção de técnicos. Estes adquirem apenas uma formação teórica sem conhecimentos práticos suficientes para uma atuação adequada junto aos agricultores.

1.4.3. No Plano cultural

O mundo rural, por suas condições geográficas econômicas e sociais, não acompanham as evoluções rápidas que se processa no mundo atualmente. Porém estas dificuldades não são sinais de pobreza cultural. O homem rural traz consigo valores e conhecimentos nascidos da observação e da experiência, devido ao contato constante com a natureza.

A escola tradicional provoca no jovem rural um afastamento de seu mundo e uma negação dos valores culturais do campo, produzindo uma ruptura no diálogo entre pais e filhos e daí o conflito entre o campo e os setores técnicos e docentes.

1.5. DIDÁTICA DAS E.F.R.

1.5.1. Objetivos

- a)- Antes de tudo a formação nas Escolas têm um caráter coletivo, comunitário e social. Efetivamente trata-se de formar o agricultor como homem capaz de enfrentar as múltiplas situações em seu trabalho e na vida social. A formação técnica não é importante de uma inteligência prática capaz de estabelecer relações e procurar soluções para seus problemas e os problemas da comunidade. A solução dos problemas técnicos concretos não dependem somente da formação profissional que recebeu o agricultor, mais também de sua formação humana e sua capacidade de dialogar e trocar idéias;
- b)- Outro ponto importante da formação nas E.F.R. é a ênfase dada à sociabilidade do agrônomo. Isso porque sente-se no meio rural a dificuldade de integração do agricultor devido ao desenvolvimento lento dos meios de comunicação;
- c)- Aptidão para reflexão e raciocínio e conseqüentemente desenvolvimento da inteligência do aluno;
- d)- Capacidade de organização do trabalho profissional;
- e)- Aptidão para uma formação permanente, participação em reuniões, experimentações.

1.5.2. Fundamento Psicológico do Método

A didática das E.F.R. tende fundamentalmente a conscientizar o aluno sobre sua realidade quotidiana. O centro de interesse da aprendizagem é pois a vida do aluno. A aprendizagem se processa pois do mais concreto (particular) ao mais geral. Não tem sentido o estudo isolado de uma matéria se não se leva a uma reflexão prática em torno da vida do aluno. Dessa reflexão surge os "porquês". Daí a importância do diálogo entre alunos e monitores, não tem tanto para que se deem respostas, mas para que se crie um ambiente interrogador.

1.5.3. Processo da Aprendizagem

A metodologia principal das E.F.R. consiste em manter efetivamente o trabalho escolar centrado nos problemas humanos e profissionais da vida do aluno.

1. A primeira etapa é o contato do aluno na escola, onde inicia um diálogo com o monitor e que é também uma tomada de consciência de sua vida. As experiências e os dados trazidos pelos alunos, formarão depois o P.E.;
2. Deixada a Escola, os alunos levam para casa o P.E. e trabalham junto aos seus pais, durante as duas semanas de estadia em suas casas;
3. De volta à Escola e reunidos com os monitores, discutem o P.E. e preparam as conclusões pessoais que são levadas ao grupo para reflexão comum;
4. Depois de discutirem em grupo, as conclusões são passadas no caderno de Propriedade (C.P.) não quer dizer que todos transcrevam as mesmas conclusões, senão que cada um elabora o seu C.P., sendo êste o retrato e a História da própria propriedade;
5. Há ainda as fichas de observação que cada aluno faz de cada matéria que é ministrada e outras que são feitas por ocasião de visitas à algum centro profissional: granja modelo, estábulos, fábricas, etc...

1.5.4. O Plano de Estudo

O P.E. constitui um primeiro guia - com bases em considerações gerais e sobretudo de perguntas - sobre um tema determinado. Deve-se insistir mais em temas humanos ou de prática agrícola porque em assuntos puramente técnicos ou científicos.

1.5.4.1. Técnicas

Primeira etapa - iniciar uma discussão para motivar o assunto a pesquisar;

Segunda etapa - expor o problema para o grupo e dividi-lo em equipes para fazer perguntas sobre o que eles gostariam de saber sobre uma determinada cultura;

Terceira etapa - recolher as primeiras perguntas e selecionar os aspectos levantados;

Quarta etapa - devolver as perguntas em forma de aspectos, uma ou mais para cada equipe, para que eles ao pormenorizarem completam com outras perguntas por aspectos;

Quinta etapa - reunir as equipes e selecionar as perguntas eliminando as dúvidas e as respostas duplas. Nesta fase, o professor poderá incluir umas perguntas e ressaltar outras; Ida e volta do aluno da alternância em casa - Nesta fase o P.E. estará pronto;

Sexta etapa - reunir os alunos na volta, de casa em equipes, cada um eleger um secretário que tomará nota de todas as respostas trazidas em seguida, após discussão, farão a síntese das perguntas do P.E. e da equipe.

Essas sínteses serão apresentadas ao grupão onde poderão ser examinadas. Daí partirão os alunos para as pesquisas que serão orientadas pelos professores.

1.5.4.2. E t a p a s

Na escola:

- 1ª). Discussão para motivar o assunto
- 2ª). Jogar o problema
- 3ª). O que os alunos gostariam de saber
- 4ª). Desenvolver as perguntas em formas de aspectos
- 5ª). Pormenorizar os aspectos com outras perguntas;

Em casa:

- 1ª). Discussão com familiares e vizinhos
- 2ª). Resposta;

Na escola:

- 1ª). Síntese e caderno da Propriedade
- 2ª). Discussão em grupo
- 3ª). A u l a s

1.5.5. C u r r í c u l o

Objetivo geral - Da agricultura, botânica, zoologia, zootécnia. Desenvolver nos jovens o pensamento reflexivo para adquirir a capacidade de conjugar o prático com o teórico e através das ciências chegar a uma melhor aplicação das técnicas.

Agricultura - Capacitar os jovens a bem utilizar e conservar o solo, a obter rendimentos das culturas e a controlar as pragas e doenças da lavoura.

Botânica - Motivar e levar os jovens ao conhecimento e entendimento científico da fisiologia das plantas (nutrição e reprodução), como base da aplicação objetiva das culturas econômicas da região.

Zootecnia - Capacitar a juventude a explorar racionalmente as criações utilizando e conservando as pastagens, melhorando as técnicas de alimentação e manejo dos rebanhos, para obter rendimentos positivos das criações.

- Zoologia - Levar os jovens ao conhecimento e entendimento científico da fisiologia animal: (nutrição e reprodução), como base para a aplicação objetiva e eficiente das explorações dos animais domésticos.
- Administração Rural - Fazer com que os alunos aprendam a planejar suas vidas e sua propriedade utilizando adequadamente os recursos disponíveis.
- Economia Rural - Fazer com que os alunos compreendam os mecanismos (as leis) da realidade econômica que os cerca.
- Engenharia Rural - Fazer com que os alunos aprendam a utilizar as vantagens que lhe oferece o meio físico, transformando-o conforme suas necessidades e de sua propriedade em busca de menos esforço e mais rendimento.
- Matemática - Ajudar a maturação do pensamento, levando-o progressivamente à intuição e operacionalidade no enfrentar os problemas reais. Desenvolver a capacidade de atenção, de espírito crítico através da valorização dos resultados. Desenvolver a capacidade de análise e de síntese. Desenvolver a capacidade de comparação quantitativa.
- Português - Objetivo geral: desenvolver o pensamento reflexivo do senso crítico e sensibilidade humana.

Objetivos específicos:

- desenvolver a expressão oral e escrita
- levar os alunos a descobrirem a necessidade da comunicação e os meios para conseguí-la
- fazer com que saibam ler silenciosamente e que cheguem à compreensão do que leem
- despertar o gosto pela leitura
- fazê-los adquirirem o hábito e uso do dicionário e o mecanismo da leitura oral.

História - Objetivo geral: fazer com que os alunos descubram sua situação de ser histórico dentro do momento histórico.

Objetivos específicos:

- levar os alunos à compreensão da evolução histórica, partindo de fatos reais e concretos
- fazer com que os alunos descubram os porquês da evolução do homem e do mundo para que, com esta descoberta, ele possa analisar e valorizar a humanidade podendo dar as suas contribuições para o desenvolvimento
- fazer com que os alunos desenvolvam o espírito crítico diante de situações históricas
- levar os alunos a descobrirem a evolução da família brasileira, pensando no que era, no que é, e no que será.

Geografia - Levar o aluno a ter uma visão geral de seu ambiente local, regional e nacional

- fazer com que o aluno aproveite a geografia como meio de desenvolvimento econômico e não como estudo teórico
- fazer com que o aluno descubra o meio físico como um campo de ação modificável pelo homem, aproveitando-o para o bem estar geral
- fazer com que o aluno descubra a relação de sua economia com a economia regional, nacional e mundial
- fazer com que o aluno se situe como ser geográfico em relação com os outros homens do mundo.

II. A ESCOLA FAMÍLIA RURAL NO BRASIL
=====

O método da E.F.R. foi introduzido da Europa para o Brasil a partir de 1965 por um grupo de Padres da Companhia de Jesus que atuaram no Estado do Espírito Santo. Mais especificamente foi o Padre HUMBERTO PIETROGRANDE quem observou pela primeira vez, as condições propícias do lugar para a realização de um plano racional de desenvolvimento

através de uma ação comunitária de promoção integral. Depois de um estudo aprofundado da área, (principalmente uma área ao sul de Vitória, abrangendo 5 municípios: Anchieta, Rio Novo do Sul, Iconha, Piuma e Alfredo Chaves), que apresentava algumas condições de área desenvolvidas e paralelamente, aspectos típicos de realidade subdesenvolvida, surgiu um primeiro projeto de Fundação Italo-Brasileira para o desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social no Estado do Espírito Santo.

Instituiu-se mais uma "Associazione degli Amici dello Stato Brasileiro del Spirito Santo" que favoreceu um inter-câmbio em nível de pessoas, grupos, entidades entre o Estado do Espírito Santo no Brasil e os sócios desta Associação. Assim sete agricultores do interior do E.S. viajaram para a Itália a fim de seguir um curso de aperfeiçoamento num Instituto de Técnica Agrícola. Sucessivamente aos cuidados da mesma Associação um engenheiro agrônomo da ACARES, duas assistentes sociais e duas professoras foram também à Itália para estágio de aperfeiçoamento. Mais tarde uma delegação de técnicos italianos estiveram por 2 meses no E.S. para estudar as condições de aplicação do Plano.

Em 1968 iniciou-se uma série de entendimentos com líderes locais, vigários e prefeitos do E.S. para elaborar o primeiro Plano de ação na área escolhida. Com o assessoramento dos técnicos italianos e dos da ACARES em conjunto com os líderes das comunidades, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Prioridade absoluta à Educação numa forma não tradicional com participação responsável das comunidades.
2. A comunidade dá o primeiro passo para mostrar o seu direito de liderança dos próprios filhos com colaboração e supervisão das Entidades e autoridades competentes.
3. Colocar em destaque o valor da atividade agrícola para combater o êxodo rural, tornando o agricultor humano e tecnicamente um profissional no seu setor.
4. Estabelecer uma ação de baixo para cima garantindo a participação constante das comunidades.
5. Necessidade de criar uma entidade jurídica que coordenasse o trabalho de promoção em toda a área; por isto foi constituído em cada localidade um "Comité" com a participação dos agricultores, Prefeitos, Vigários e ACARES.
6. Determinação de fundação, na fase inicial, de 3 (três) Escolas Famílias Rurais visando a formação de agricultores técnicos.

Enfim, em abril de 1968 chegou-se à assinatura da ata constitutiva do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) que tinha

como finalidade "a formação da pessoa humana através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores".

Hoje em dia o MEPES conta com oito Escolas Famílias Rurais no sul e no norte do Estado do Espírito Santo, sendo duas para moças, filhas de agricultores. Os alunos seguem uma escolarização de dois anos. O MEPES está tentando obter do Ministério da Educação a equivalência de diplomas com os do nível fundamental (oitava série ginásial) e por isto está estudando a possibilidade de criar um terceiro ano escolar nas E.F.R.

É claro que para manter em bom funcionamento as oito Escolas, o MEPES precisa de pessoal formado na metodologia das E.F.R. e motivado para este tipo de trabalho. Para satisfazer esta necessidade o MEPES fundou há dois anos atrás, um Centro de Formação para futuros monitores. Este Centro de Formação está funcionando agora em Vitória e conta com 11 (onze) alunos.

Fora deste tipo de atuação, o MEPES também atua no Setor de Saúde (Centro Comunitário de Saúde - Anchieta), que desenvolve um plano de medicina preventiva e prevê a construção de um hospital em Anchieta.

III. REFLEXÕES SÔBRE AS ESCOLAS FAMÍLIAS DO MEPES. (*)

Eis aqui algumas reflexões e observações a respeito do MEPES. Não a respeito do MEPES na sua integralidade, mas somente na sua atuação no campo rural através das Escolas Famílias Rurais. Não quis tocar em outro assunto que o das E.F.R. porque o meu objetivo, visitando o MEPES era simplesmente observar e analisar um método para animar e trabalhar com jovens do meio rural.

Quero deixar bem claro que este pequeno trabalho não pode ser tomado como avaliação completa das E.F.R. do MEPES. O fato de ter visitado somente quatro das nove Escolas existentes, já é uma prova disto. Este trabalho só contém algumas observações bem pessoais a respeito do que senti e vi nas Escolas e no Centro de Formação de monitores. Estas observações não têm maior objetivo que o de comunicar impressões pessoais. Pode ser que elas não são um espelho da realidade vivida nas Escolas; em todo caso, elas podem ser consideradas como instrumentos de reflexão e análise. Este trabalho também não toca, de jeito nenhum, nas estruturas interiores do Movimento.

(*) Este pequeno trabalho foi entregue à Diretoria do MEPES no início de dezembro de 1973 depois de dois meses de convivência em diversas Escolas e no Centro de Formação do Movimento.

através de uma ação comunitária de promoção integral. Depois de um estudo aprofundado da área, (principalmente uma área ao sul de Vitória, abrangendo 5 municípios: Anchieta, Rio Novo do Sul, Iconha, Piuma e Alfredo Chaves), que apresentava algumas condições de área desenvolvida e paralelamente, aspectos típicos de realidade subdesenvolvida, surgiu um primeiro projeto de Fundação Ítalo-Brasileira para o desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social no Estado do Espírito Santo.

Institui-se mais uma "Associazione degli Amici dello Stato Brasileiro del Spirito Santo" que favoreceu um inter-câmbio em nível de pessoas, grupos, entidades entre o Estado do Espírito Santo no Brasil e os sócios desta Associação. Assim sete agricultores do interior do E.S. viajaram para a Itália a fim de seguir um curso de aperfeiçoamento num Instituto de Técnica Agrícola. Sucessivamente aos cuidados da mesma Associação um engenheiro agrônomo da ACARES, duas assistentes sociais e duas professoras foram também à Itália para estágio de aperfeiçoamento. Mais tarde uma delegação de técnicos italianos estiveram por 2 meses no E.S. para estudar as condições de aplicação do Plano.

Em 1968 iniciou-se uma série de entendimentos com líderes locais, vigários e prefeitos do E.S. para elaborar o primeiro Plano de ação na área escolhida. Com o assessoramento dos técnicos italianos e dos da ACARES em conjunto com os líderes das comunidades, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Prioridade absoluta à Educação numa forma não tradicional com participação responsável das comunidades.
2. A comunidade dá o primeiro passo para mostrar o seu direito de liderança dos próprios filhos com colaboração e supervisão das Entidades e autoridades competentes.
3. Colocar em destaque o valor da atividade agrícola para combater o êxodo rural, tornando o agricultor humano e tecnicamente um profissional no seu setor.
4. Estabelecer uma ação de baixo para cima garantindo a participação constante das comunidades.
5. Necessidade de criar uma entidade jurídica que coordenasse o trabalho de promoção em toda a área, por isto foi constituído em cada localidade um "Comité" com a participação dos agricultores, Prefeitos, Vigários e ACARES.
6. Determinação de fundação, na fase inicial, de 3 (três) Escolas Famílias Rurais visando a formação de agricultores técnicos.

Enfim, em abril de 1968 chegou-se à assinatura da ata constitutiva do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) que tinha

como finalidade "a formação da pessoa humana através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores".

Hoje em dia o MEPES conta com oito Escolas Famílias Rurais no sul e no norte do Estado do Espírito Santo, sendo duas para moças, filhas de agricultores. Os alunos seguem uma escolarização de dois anos. O MEPES está tentando obter do Ministério da Educação a equivalência de diplomas com os do nível fundamental (oitava série ginásial) e por isto está estudando a possibilidade de criar um terceiro ano escolar nas E.F.R.

É claro que para manter em bom funcionamento as oito Escolas, o MEPES precisa do pessoal formado na metodologia das E.F.R. e motivado para este tipo de trabalho. Para satisfazer esta necessidade o MEPES fundou há dois anos atrás, um Centro de Formação para futuros monitores. Este Centro de Formação está funcionando agora em Vitória e conta com 11 (onze) alunos.

Fora deste tipo de atuação, o MEPES também atua no Setor de Saúde (Centro Comunitário de Saúde - Anchieta), que desenvolve um plano de medicina preventiva e prevê a construção de um hospital em Anchieta.

III. REFLEXÕES SÔBRE AS ESCOLAS FAMÍLIAS DO MEPES. (*)

Eis aqui algumas reflexões e observações a respeito do MEPES. Não a respeito do MEPES na sua integralidade, mas somente na sua atuação no campo rural através das Escolas Famílias Rurais. Não quis tocar em outro assunto que o das E.F.R. porque o meu objetivo, visitando o MEPES era simplesmente observar e analisar um método para animar e trabalhar com jovens do meio rural.

Quero deixar bem claro que este pequeno trabalho não pode ser tomado como avaliação completa das E.F.R. do MEPES. O fato de ter visitado somente quatro das nove Escolas existentes, já é uma prova disto. Este trabalho só contém algumas observações bem pessoais a respeito do que senti e vi nas Escolas e no Centro de Formação de monitores. Estas observações não têm maior objetivo que o de comunicar impressões pessoais. Pode ser que elas não sejam um espelho da realidade vivida nas Escolas; em todo caso, elas podem ser consideradas como instrumentos de reflexão e análise. Este trabalho também não toca, de jeito nenhum, nas estruturas interiores do Movimento.

(*) Este pequeno trabalho foi entregue à Diretoria do MEPES no início de dezembro de 1973 depois de dois meses de convivência em diversas Escolas e no Centro de Formação do Movimento.

Em fato, para resumir, é só uma simples colocação sobre a aplicação do método das Escolas Famílias Rurais nas Comunidades da área da atuação do MEPES.

As reflexões se dividem em três (03) temas principais:

- 3.1. A ESCOLA FAMÍLIA RURAL NA COMUNIDADE: CO-PARTICIPAÇÃO E CO-RESPONSABILIDADE = MOTIVAÇÃO;
- 3.2. SER MONITOR NO MEPES: UM ENGAJAMENTO. MONITOR NA E.F.R.: NÃO É SÓ PARA GANHAR DINHEIRO;
- 3.3. A DINÂMICA DA ESCOLA FAMÍLIA RURAL. A ESCOLA DEVE SER UMA FAMÍLIA CRIADORA.

3.1. A Escola Família Rural na Comunidade: co-participação e co-responsabilidade = motivação.

A E.F.R. deveria ser integrada na comunidade, fazer parte da comunidade, pertencer à comunidade, sendo ela instrumento vivo do desenvolvimento da comunidade. Isto só pode ser realidade se o pessoal em geral que forma esta comunidade tem consciência do que é comunidade.

O mesmo fato se encontra a respeito da Igreja. A Igreja também faz parte e pertence à comunidade: "A Igreja somos nós". Se o pessoal chega a entender que Igreja, religião, oração, etc... não se resume só ao padre, aos sacramentos como tal, mas sim é algo de vivo que pede responsabilidade e participação ativa, então a comunidade irá crescendo. Numa palavra, precisa motivação.

O que adianta dar um ensino técnico, dar uma formação humana a um jovem durante dois anos se no meio ambiente deste mesmo jovem ele não encontra incentivo, compreensão, ajuda dos adultos? Normalmente ele desanimará rapidamente e cairá de novo nos mesmos preconceitos, na mesma resignação e não aplicará mais nada do que lhe foi ensinado. Pode acontecer que alguns realmente dotados de temperamento lutador, de coragem e perseverança alcancem algumas mudanças. Mas serão excessões. A maioria ficará na mesma ou então inovarão algumas coisas para si mesmo, sem preocupar-se dos demais da comunidade. Para que a E.F.R. alcance realmente a comunidade, parece-me que a sua atuação deveria também incluir os adultos. Isto porém não é novidade. No regulamento interno das E.F.R. do MEPES, nós podemos encontrar esta afirmação, várias vezes repetida.

Este regulamento prevê por exemplo:

- Um conselho de administração da E.F.R. composto além dos representantes do MEPES, dos monitores, também representantes da Comunidade local, dos Pais e dos ex-alunos;

- Uma assembléia dos Pais dos alunos;
- Uma assembléia dos ex-alunos da Escola.

Não fiquei bastante tempo em nenhuma das Escolas do MEPES para poder julgar definitivamente, mas eu duvido muito que estes Conselhos e Assembléias, estão realmente funcionando. (1)

Claro que não é fácil chegar a reunir regularmente este pessoal! Talvez uma maior preparação destas reuniões, uma maior ajuda dos órgãos diretores do MEPES nesta preparação poderia ser construtivo. Quero dizer com isto que os monitores talvez não se sentem suficientemente capacitados ou simplesmente não encontram o tempo para organizar estas reuniões. Um maior incentivo e também uma ajuda concreta na organização, convocação e preparação destas reuniões poderia favorecer o interesse de ambos: monitores e pais; monitores e Conselho de administração, monitores e ex-alunos.

Esta observação acima me foi sugerida por um próprio monitor do MEPES. Ele me contou as dificuldades encontradas no introzamento com os pais. Claro que para dialogar com os pais, os monitores têm que ter capacidade de "ser na altura" do interlocutor. Será que os pais confiam nos monitores só pelo fato destes serem monitores, professores ou técnicos agrícolas? Será que a idade bastante baixa dos monitores em muitos casos não dificulta um maior contato, uma maior confiança?

No caso dos ex-alunos, será que realmente os monitores têm tempo suficiente para visitá-los, preocupar-se com a atuação destes rapazes? Para orientar tecnicamente, para incentivar humanamente o que os ex-alunos estão querendo fazer e realizar? Para ajudá-los a superar as dificuldades que representam ou que podem representar O mundo muitas vezes reticente dos pais e dos adultos?

Acima falei de motivação. Acho pessoalmente que sem motivação uma comunidade não pode ir à frente. Nem no sentido econômico, nem no social, cultural, político ou religioso. O que adiantaria por exemplo introduzir à fôrça novas hortaliças, novos tipos de cultura se o pessoal tem preconceitos de comê-los? O que adiantaria dar aulas de alfabetização se o pessoal não compreende a importância de saber ler e escrever? O que adiantaria batizar, crismar e distribuir a Eucaristia à toa se o povo não chega a entender o sentido profundo destes sacramentos? Nada. Seria melhor parar, porque é incentivá-lo à hipocrisia. A primeira coisa a fazer é motivar o pessoal, conscientizá-lo, encontrar os meios ao alcance deles pelos quais eles entenderão a necessidade de um desenvolvimento qualquer e não de qualquer desenvolvimento. Mesmo!

coisa para as Escolas. Parece-me que não é servir a comunidade que construir Escolas e ensinar jovens (mesmo sendo o método usado muito bacana e pedagogicamente muito válido) se os pais não entendem, não estão conscientes do valor, da necessidade deste ensinamento. Não precisa tanto trabalhar o futuro aluno, lhe fazer promessas, demonstrando os aspectos bacanas da E.F.R. Terá 2 (dois) anos para fazer isto. E dentro da realidade. Precisa muito mais trabalhar os pais, afim de que a decisão deles de mandar o filho na E.F.R. seja uma decisão consciente, livre; uma decisão tomada porque ela pode trazer o bem estar da família inteira da comunidade e o crescimento humano e técnico.

Acho realmente que uma vez obtido este resultado (conscientização dos pais, dos futuros alunos) os monitores vão ter mais facilidade de se entrosar com os pais e automaticamente com o resto da comunidade.

É interessante ver no Regulamento Interno das E.F.R. do MEPES como estão descritos os deveres e obrigações dos pais dos alunos. Agora eu pergunto: Como é que os pais vão poder assumir estes deveres, estas obrigações, se eles mesmos se encontram numa situação de completa ignorância do que é comunidade, do que é Escola Família Rural, dos seus objetivos, da sua finalidade?

Clero que a conscientização dos pais não vai se realizar de um dia para um outro. É um trabalho de longo prazo. Este trabalho deveria ir juntamente com o trabalho de Pastoral nas comunidades. O método usado dentro do Pastoral é principalmente o método das comunidades eclesiais de base, poderia ser um meio de conscientização muito válido neste sentido, pelo menos se esta Pastoral está atingindo não só os jovens ou as mulheres, mas principalmente os homens adultos.

A Escola Família não pode ser de jeito nenhum uma comunidade dentro da comunidade. Ela não pode formar uma entidade grupando ou atingindo só uma parte da comunidade. O introzamento da Escola incluindo os monitores e alunos, pais e ex-alunos, com a liderança local incluindo os responsáveis do culto, presidente, animadores, catequistas, etc... é importantíssimo ao meu ver. Também o entrozamento entre os jovens da Escola e os da comunidade é fator de conscientização. Não há melhor agente de desenvolvimento que os próprios nativos do local mesmo. Os alunos já poderiam ser estes agentes de desenvolvimento sobre a orientação dos monitores. E normalmente não existiria os preconceitos dos pais para este tipo de atividades, estes sendo "conscientizados".

Resumido, a Escola Família Rural deveria ser um elo da corrente que deveria formar a comunidade rural.

Sugestões Práticas:

Parece-me que a cúpula do MEPES deveria dar mais assistência à equipe de monitores no trabalho de conscientização do pessoal local nos seguintes pontos:

- No recrutamento dos alunos;
- Na preparação, organização e convocação de qualquer tipo de encontro com os membros da comunidade: pais, ex-alunos, Conselhos de Administração e os demais;
- Nas relações com o clero local. (êles também às vezes devem ser conscientizados).

Esta assistência não seria uma imposição, mas seria mais uma presença que traria mais confiança e segurança. Digo isto tendo em vista a idade e a maturidade dos monitores, de um lado e do outro lado, o horário já muito carregado dos mesmos.

- (1). Quando digo que não estão funcionando estas Assembléias e Conselhos, refiro-me mais na maneira destas Assembléias e Conselhos funcionarem. Talvez exista em várias Escolas este contato entre Escola e pais e ex-alunos. Mas será que nestes casos elas realmente desempenham o papel descrito no Regulamento Interno das E.F.R.? (Co-responsabilidade e co-participação).

Não vou dizer que não existem esforços da parte dos monitores para se introduzir nas comunidades. Notei que certas Escolas organizam cursos para agricultores, encontros com jovens, etc... Mas me parece que a primeira coisa a fazer é esclarecer, explicar o objetivo da Escola. Sem a participação ativa dos adultos a comunidade não cresce.

- 3.2. Ser monitor no MEPES: um engajamento. Monitor na Escola Família Rural não é somente para ganhar dinheiro.

Os monitores das E.F.R. jogam um papel primordial nas comunidades rurais. As Escolas são o espelho fiel da Equipe de monitores. Uma equipe dinâmica verá uma turma de alunos dinâmicos. Uma equipe tecnicamente forte, mas humanamente fraca, verá uma turma de alunos fraca nos dois aspectos. Não basta a técnica, precisa ao mesmo tempo um bocado de coisas que eu chamaria numa palavra: "ENGAJAMENTO".

Ser monitor da E.F.R. pede muita dedicação. Não é e nunca poderá ser visto como um emprêgo qualquer para ganhar a vida. O salário não deveria jogar um papel predominante na escolha pessoal do monitor do MEPES. (1).

Nós encontramos no próprio caderno do CEAS, dedicado ao MEPES, a seguinte afirmação: "Um rígido funcionalismo pode levar ao em

pobrecimento das iniciativas, tornar o movimento mera máquina burocrática. Por isto, o MEPES exige dos "funcionários" um espírito de dedicação que nasce de uma fé na finalidade do Movimento. Funcionários não só tecnicamente bem dotados, mas também engajados e voltados integralmente para o serviço da comunidade". (CEAS, nº 8, pág. 8).

Acho que não precisa ampliar muito neste sentido. Basta ler o Regulamento Interno para ver o que a E.F.R. pede ao monitor.

Seria bom ao meu parecer ser mais rígido no recrutamento de novos monitores. Aqui também cabe um papel importante de conscientização. O futuro monitor deve saber e ser consciente do que ele vai ser chamado a fazer. (2). Não aceitar qualquer jovem como monitor, só porque tem oito Escolas que precisam de monitores. É o melhor, muito melhor olhar a qualidade dos elementos do que a quantidade. Pode ser que um jovem professor ou técnico entre no MEPES sem saber o que é exatamente, sem motivação especial. Pode acontecer que a formação que lhe será dada desperte nêle esta motivação mais profunda. Muito bem. Mas nunca a gente tem certeza disto. Não existe atualmente, parece-me, nenhum obstáculo para um jovem sem motivação entrar no MEPES. Isto parece-me errado. A gente pode imaginar muito bem que um monitor sem motivação profunda não vai ser um elemento positivo para o crescimento do aluno e automaticamente para os pais e a comunidade.

Um dos maiores perigos de aceitar e colocar nas Escolas elementos não engajados, não motivados, não conscientizados, reside no fato de ver as Escolas Famílias se tornarem lentamente entidades de ensino tradicional, nem seguindo mais a metodologia, nem tendo mais a dinâmica, nem procurando mais atingir os objetivos do MEPES.

Sugestões Práticas:

- Ser mais rígido no recrutamento do pessoal que vai atuar na E.F.R. ;
- Não aceitar jovens só para ter o número necessário para as Escolas mas principalmente aceitá-los por causa dos valores humanos e da motivação, do engajamento;
- Talvez organizar antes do recrutamento, nos lugares aonde se encontram os jovens (ginásios, escolas técnicas, grupos de jovens, etc...) sessões, palestras, bate-papos, visando a dar uma imagem mais verdadeira do MEPES e de seus objetivos e do papel do monitor nas E.F.R.

- (1). Quando digo que o dinheiro não joga um papel primordial para o monitor do MEPES, não quero de jeito nenhum desprezar o valor e a necessidade de um salário normal que permite ao sujeito de viver normalmente. Isto não é justiça, é direito. O eventual casamento do Monitor não deveria se traduzir necessariamente pelo afastamento do sujeito das Escolas. Seria o caso de ver se realmente o casal como família não poderia jogar um papel importante na educação dos jovens.
- (2). Encontrei no Centro de Formação vários futuros Monitores que me disseram ter entrado no MEPES porque não tinham emprego ou simplesmente para ver o que é. Será que esta motivação é bastante para assumir o papel de monitor no MEPES?

3.3..A Dinâmica da Escola Família Rural. A Escola é uma Família criadora.

Tendo viajado em algumas Escolas do MEPES (principalmente em Alfredo Chaves, Jaguaré e Bley) vou me permitir de fazer aqui alguns comentários sobre a vida na E.F.R. Acho que a vida de uma Escola Família pode se avaliar objetivamente não só na parte específica do ensino propriamente dito mas também e talvez principalmente na parte recreativa, nas atividades extra-curriculares. As noites, os momentos livres podem muito bem ser um espelho vivo do espírito que reina nas Escolas.

Não é necessário acrescentar muita coisa sobre a importância e o valor da convivência num internato. A convivência real despertou no jovem o sentido do "outro", faz que ele descubra o valor do grupo como tal. O jovem no grupo aprende muita coisa. Por exemplo o fato que sozinho ele conseguirá muito menos que com os outros. Esta aprendizagem de vida em grupo deveria levar o aluno da E.F.R. a viver mais em grupo em casa e na comunidade dele. Isto será alcançado se a vida em grupo, a convivência na Escola realmente for capaz de fazê-lo descobrir estes valores.

Por esta razão acho que os monitores deveriam se dedicar muito a este tipo de animação. É lá que a Escola Família se tornará não somente uma Escola Rural, mas uma Escola Família Rural.

Manter um certo ritmo nas atividades de animação do grupo não é fácil. Rapidamente os meios de animação do turma se esgotam ou caem na rotina. Tenho medo de que os serões por exemplo, aconselhados e incentivados nas Escolas caiam numa certa rotina, que em vez de ser uma ação animadora, eles sejam somente uma continuação da parte "ensino" da Escola: "mais uma aula...". E portanto, o papel do serão é realmente educativo, mas isto não quer dizer que deve se tornar palestra, uma coisa estática - que não se anima, que não tem vida - Não podemos esquecer que os nossos alunos vem dum meio ambiente já bastante estático, parado, resignado ou simplesmente passivo. Parece-me que aqui algumas atividades

des (serão ou outras) poderiam muito bem dar a oportunidade ao aluno de demonstrar a sua capacidade criadora, deixar a sua imaginação se exprimir livremente. Seria demorado demais enumerar aqui todas as atividades que podem desenvolver no jovem estas capacidades criadoras, esta imaginação. Basta falar em teatro, grupos de cantos, torneios de qualquer tipo, concursos, esporte, etc...

Aqui queria fazer uma pequena observação bem concreta. Será que basta para alegrar ou dinamizar uma turma ligar um toca-disco, um gravador ou rádio? Acho que realmente estes meios facilitam ainda e desenvolvem no jovem a atitude passiva. O jovem escuta, acha bocana e é tudo. Não seria mais educativo por exemplo, favorecer a criatividade destes jovens, incentivando-os a cantar, a tocar algum instrumento, a compor eles mesmos certas letras de músicas. Cria muito mais ambiente e também o sentimento de fazer alguma coisa. Traz igual alegria se não mais do que qualquer disco. Claro que o monitor tem aqui um papel muito importante. Não quero desprezar aqui de jeito nenhum o valor de instrumentos como toca-discos, rádios ou gravadores: são importantes, sem dúvida; mas eles são um meio e não um fim em si.

Mesma coisa a respeito do esporte. Claro, futebol é sinônimo de Brasil. De acordo. Mas será que não podemos fazer descobrir outros tipos de esporte, ainda desconhecidos? Mais uma vez com a finalidade de tirar o jovem do passivismo em que ele cai cada vez mais. Passivismo e facilidade.

Se o jovem na E.F.R. não aprende a sair do que ele já conhece, do que ele já faz na sua comunidade, como é que a Escola pode esperar deste jovem que ele inove, que ele crie, que ele anime a comunidade? A Escola deve abrir os horizontes do aluno, deve fornecer coisas novas e fáceis para serem transmitidas pelos alunos. Não somente no aspecto técnico ou profissional mas também nos outros aspectos da vida humana.

A mesma coisa quando se fala em animação religiosa. Será que na E.F.R. cobrimos elas também no atentismo religioso das nossas comunidades rurais? (fazer nada sem o padre...) Atentismo combatido com tanta dificuldade pelos padres. Será que a E.F.R. não poderia ser um foco de incentivo religioso? Como? Temos atualmente, mais do que nunca, um bocado de livros muito atualizados que falam de animação religiosa de jovens, de círculos bíblicos, de reflexão, etc.

Tenho certeza de que dinamizando a Escola, introduzindo nela uma vida criadora, o aluno ao regressar a sua comunidade, depois da alternância na Escola, vai querer automaticamente prolongar este ambiente. Talvez inconscientemente ele vai ser ponto central na família, ele vai cativar a atenção e o interesse dos demais membros da família, dos pais, dos irmãos e irmãs, dos parentes, dos amigos, etc... Ele vai então ter a oportunidade de enriquecer este meio ambiente cada vez mais. O desejo inconsciente de viver a alegria, a ação dinâmica e criadora da Escola em casa, na comunidade, levará o aluno a se tornar consciente do papel que ele pode jogar nos vários aspectos da vida da comunidade.

Acho que realmente este caminho espontâneo, quase inconsciente para chegar à conscientização do aluno é muito melhor do que uma conscientização muralista, paternalista ou simplesmente imposta. Ele só vai comunicar aos outros o que lhe agradou, o que ele achou pessoalmente válido e útil. Aqui também, neste esforço do aluno em fazer crescer a comunidade, os monitores deveriam dar mais assistência, seguir e incentivar aqueles elementos ativos na comunidade mesmo. Isto lhes dará mais motivação e energia para realizar alguma coisa e, claro, despertar talvez nos inativos nos alunos menos dinâmicos, a vontade de se tornarem também agentes criadores. Quando começa uma nova alternância na Escola, se poderia muito bem dedicar um serão ou uma avaliação às atividades comunitárias de qualquer tipo, realizadas pelos alunos nas comunidades respectivas. Colocar em comum as experiências, trocar idéias, etc... Seria perfeitamente integrado na metodologia da E.F.R. O Plano de Estudos não é nada menos do que isto. Só que o P.E. se refere ao aspecto profissional e técnico.

Sugestões Práticas:

- Dinamizar a vida da E.F.R. tanto no aspecto técnico quanto no aspecto recreativo e religioso;
- Despertar no jovem a necessidade de trabalhar e viver em grupo acrescentando e favorecendo as capacidades criadoras de cada um através de atividades comunitárias;
- Organizar serões ou avaliações sobre as atividades realizadas pelos alunos nas diversas comunidades; seguir mais de perto os alunos que atuam realmente em seus meios ambientes;
- Todas estas ações deveriam se basear numa dinâmica de grupo bem aplicada.

IV. POSSIBILIDADES DE IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA RURAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA "FUNDIFRAN".

Depois de ter vivido uma experiência de dois (2) meses nas Escolas Famílias Rurais do MEPE (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), tirei algumas conclusões a respeito de uma possível implantação deste método de trabalho promocional na área de atuação da FUNDIFRAN.

Aqui seguem algumas reflexões a este respeito.

4.1. A COMUNIDADE RURAL DEVE TER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA PODER ASSUMIR A ESCOLA FAMÍLIA RURAL.

- 4.1.1. ESTRUTURA DA POSSE DA TERRA
4.1.2. SENTIDO DE COMUNIDADE
4.1.3. COMUNICAÇÕES PRATICÁVEIS

4.2. A ESCOLA FAMÍLIA RURAL SÓ PODE FUNCIONAR EFICIENTEMENTE SENDO UM DOS ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA COMUNIDADE OU MICRO-REGIÃO.

4.1. A Comunidade rural deve ter as condições mínimas para poder assumir a Escola Família Rural.

4.1.1. Estrutura da Posse da Terra:

Para poder atingir realmente o seu objetivo que é de formar homens tecnicamente capacitados de assumir as responsabilidades profissionais, neste caso, na agricultura ou na pecuária, a E.F.R. deve possuir certas condições mínimas.

A primeira e a mais importante dessas condições é o que chamamos de "estrutura da posse da terra". O aluno que vai frequentar a E.F.R. deve ter a possibilidade de aplicar seus conhecimentos adquiridos na propriedade familiar. Ele tem que ter esta possibilidade não somente para poder sustentar dignamente mais tarde a sua família, mas também para se realizar como homem no meio dos outros homens. O aluno que não teria esta oportunidade sairia frustrado da Escola e o tempo passado nela não lhe teria dado esta possibilidade de se realizar.

Muitas vezes se diz que um dos objetivos da E.F.R. é de formar líderes rurais. Muito bem, mas antes de ser líder na sua comunidade, o jovem deve se sentir a vontade caminhando pela própria realização. Acho que não se pode comunicar ou dar muita coisa aos outros sem antes ser primeiro, equilibrado, tranquilo, se realizando.

Claro que numa região de grandes latifúndios, a E.F.R. só vai ser um meio de reforçar ainda a estrutura existente, como também não vai mudar nada das relações entre latifundiários e empregados. A E.F.R. daria ao latifundiário mão de obra mais qualificada sem nada oferecer ao seu ex-aluno. Isso não é, claro, o objetivo da E.F.R. Portanto poderia existir uma E.F.R. numa região de grandes latifúndios, se nessa mesma região tivesse possibilidades de colonização e cooperativismo. (por exemplo: me parece que tendo a disposição uma fazenda do tamanho da CUMBATE ou BETHSAIDA, afim de colonização e cooperativismo, a E.F.R. poderia preparar o pessoal humanamente e tecnicamente para assumir a rentabilidade destas fazendas).

Vimos que para poder alcançar seus objetivos, a E.F.R. deve funcionar numa região de pequenas ou médias propriedades que bem exploradas e geradas deveriam ser fatores de diminuição do êxodo rural e melhoramento das condições de vida.

Podemos analisar aqui a situação dos municípios da área de atuação da FUNDIFRAN a este respeito.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS EM 1960.

ANGICAL	9.845	28.364
CRISTÓPOLIS	6.784	
TABOAS DO BREJO VELHO	6.941	
BREJO LÂNDIA	4.794	
BARRA	36.514	36.514
BARRA DO MENDES	9.367	9.367
BARREIRAS	16.396	37.375
BAIANÓPOLIS	7.520	
CATOLÂNDIA	1.865	
SÃO DESIDÉRIO	11.594	
BROTAS DE MACAÚBA	10.863	16.853
MORPARÁ	5.990	
CENTRAL	7.810	25.144
JUSSARA	3.937	
PRESIDENTE DUTRA	7.318	
UIBÁ	6.079	
COTEGIPE	12.600	23.340
RIACHÃO DAS NEVES	10.740	
GENTIO DO OURO	9.249	15.232
IBIPEBA	5.983	
IBIPETUBA	15.839	23.780
FORMOSA DO RIO PRETO	7.941	
IBOTIRAMA	7.255	7.255
IPUPIARA	5.274	5.274
IRECÊ	34.740	43.686
IBITITÁ	8.946	
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	13.494	13.494
XIQUÊ - XIQUÊ	22.580	22.589

PROPORÇÃO: NÚMERO DE PESSOAS
NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

ANGICAL	$\frac{28.364}{2.735}$	=	10,38
BARRA	$\frac{36.514}{2.708}$	=	13,49
BARRA DO MENDES	$\frac{9.367}{931}$	=	10,07
BARREIRAS	$\frac{37.375}{2.141}$	=	17,46
BROTAS DE MACAÚBA	$\frac{16.853}{2.667}$	=	6,33
CENTRAL	$\frac{25.144}{2.184}$	=	11,51
COTEGIPE	$\frac{23.340}{1.019}$	=	22,90
GENTIO DO OURO	$\frac{15.232}{1.737}$	=	8,77
IBIPETUBA	$\frac{23.780}{2.327}$	=	10,22

IRECÊ	$\frac{43.686}{2.411}$	=	18,12
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	$\frac{13.494}{1.941}$	=	6,95
XIQUÊ - XIQUÊ	$\frac{22.589}{1.057}$	=	21,37

ORDEN DE PROPORÇÃO : PESSOAS POR PROPRIEDADE AGRÍCOLA.

1. BROTAS DE MACAÚBA	6,33
2. OLIVEIRA DOS BREJINHOS	6,95
3. IPUPIARA	7,28
4. IBOTIRAMA	7,50
5. GENTIO DO OURO	8,77
6. BARRA DO MENDES	10,07
7. IBIPETUBA	10,22
8. ANGICAL	10,38
9. CENTRAL	11,51
10. BARRA	13,49
11. BARREIRAS	17,46
12. IRECÊ	18,12
13. XIQUÊ - XIQUÊ	21,37
14. COTEGIPE	22,90

SUPERFÍCIE DAS PROPRIEDADES : PERCENTAGENS DO NÚMERO TOTAL.

MENOS DE 5 ha.

1. IBOTIRAMA	86,05%
2. BROTAS DE MACAÚBA	70,36%
3. OLIVEIRA DOS BREJINHOS	60,48%
4. GENTIO DO OURO	59,75%
5. BARRA	53,40%
6. BARRA DO MENDES	39,31%
7. IPUPIARA	38,81%
8. XIQUÊ - XIQUÊ	34,91%
9. BARREIRAS	29,38%
10. ANGICAL	23,32%
11. IBIPETUBA	20,54%
12. CENTRAL	17,72%
13. COTEGIPE	13,84%
14. IRECÊ	5,93%

ENTRE 5 e 10 ha.

1. IPUPIARA	34,67%
2. ANGICAL	28,23%
3. BARRA DO MENDES	27,50%
4. CENTRAL	25,73%
5. XIQUÊ - XIQUÊ	21,76%
6. BARREIRAS	20,92%
7. OLIVEIRA DOS BREJ.	19,63%
8. GENTIO DO OURO	19,00%
9. BROTAS DE MACAÚBA	18,22%
10. IBIPETUBA	16,93%
11. IRECÊ	13,77%
12. COTEGIPE	10,90%
13. BARRA	8,75%
14. IBOTIRAMA	5,06%

ENTRE 10 e 20 ha.

1. ANGICAL	23,77%
2. CENTRAL	22,85%
3. IRECÊ	17,46%
4. IBIPETUBA	16,80%
5. BARRA DO MENDES	16,05%
6. BARREIRAS	15,83%
7. IPUPIARA	14,64%
8. XIQUÊ - XIQUÊ	13,62%
9. OLIVEIRA DOS BREJINHOS	12,11%
10. COTEGIPE	10,50%
11. GENTIO DO OURO	9,96%
12. BROTAS DE MACAÚBA	5,67%
13. BARRA	4,84%
14. IBOTIRAMA	3,41%

ENTRE 20 e 50 ha.

1. IRECÊ	28,45%
2. BARREIRAS	22,14%
3. COTEGIPE	21,69%
4. IBIPETUBA	20,15%
5. CENTRAL	19,37%
6. ANGICAL	18,90%
7. XIQUÊ - XIQUÊ	16,93%
8. BARRA	11,89%
9. BARRA DO MENDES	11,17%
10. IPUPIARA	10,77%
11. GENTIO DO OURO	7,89%
12. OLIVEIRA DOS BREJ.	5,67%
13. BROTAS DE MACAÚBA	4,85%
14. IBOTIRAMA	3,51%

RESUMO : % DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS COM MENOS DE 50 ha.

1. BROTAS DE MACAÚBA	99,10%	8. BARREIRAS	88,27%
2. IPUPIARA	98,89%	9. XIQUE - XIQUE	87,22%
3. IBOTIRAMA	98,03%	10. CENTRAL	85,67%
4. OLIVEIRA DOS BREJ.	97,89%	11. BARRA	78,88%
5. GENTIO DO OURO	96,60%	12. IBIPETUBA	74,42%
6. ANGICAL	94,22%	13. IRECÊ	65,61%
7. BARRA DO MENDES	94,03%	14. COTEGIPE	56,93%

ORDEN DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PREDOMINÂNCIA DE PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

	Colocação seg. nº de pessoas por propried.	Colocação seg. % de propr. com menos 50 ha	Média
1. BROTAS DE MACAÚBA	1	1	1,00
2. IPUPIARA	3	2	2,50
3. OLIVEIRA DOS BREJINHOS	2	4	3,00
4. IBOTIRAMA	4	3	3,50
5. GENTIO DO OURO	5	5	5,00
6. BARRA DO MENDES	6	7	6,50
7. ANGICAL	8	6	7,00
8. BARREIRAS	11	8	9,50
CENTRAL	9	10	9,50
IBIPETUBA	7	12	9,50
9. BARRA	10	11	10,50
10. XIQUE - XIQUE	13	9	11,00
11. IRECÊ	12	13	12,50
12. COTEGIPE	14	14	14,00

SITUAÇÃO LEGAL DAS PROPRIEDADES : PERCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL.

% das propriedades próprias.		% de propriedades arrendadas.	
1. IPUPIARA	99,86%	1. IBOTIRAMA	37,29%
2. ANGICAL	98,28%	2. BARRA	24,67%
3. OLIVEIRA DOS BREJ.	97,47%	3. XIQUE - XIQUE	18,26%
4. BARRA DO MENDES	96,67%	4. GENTIO DO OURO	3,74%
5. CENTRAL	96,24%	5. OLIVEIRA DOS BREJ.	1,55%
6. BROTAS DE MACAÚBA	91,10%	6. BROTAS DE MACAÚBA	1,54%
7. BARREIRAS	87,06%	7. ANGICAL	0,85%
8. IRECÊ	83,31%	8. IBIPETUBA	0,82%
9. COTEGIPE	82,82%	9. COTEGIPE	0,59%
10. XIQUE - XIQUE	64,05%	10. IRECÊ	0,12%
11. IBIPETUBA	61,32%	11. BARRA DO MENDES	0,11%
12. BARRA	54,43%	12. BARREIRAS	0,05%
13. IBOTIRAMA	45,97%	CENTRAL	0,05%
14. GENTIO DO OURO	25,22%	13. IPUPIARA	0,00%

% de propriedades "próprias e arrendadas".

1. IBOTIRAMA	1,14%
2. IRECÊ	0,58%
3. BARRA	0,52%
4. CENTRAL	0,50%
5. BROTAS DE MACAÚBA	0,15%
6. GENTIO DO OURO	0,11%
7. COTEGIPE	0,10%
8. BARREIRAS	0,05%
9. ANGICAL	0,00%
BARRA DO MENDES	-
IBIPETUBA	-
IPUPIARA	-
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	-
XIQUE - XIQUE	-

RESUMO: % das propriedades próprias, arrendadas, e próprias e arrendadas (isto quer dizer, terras que tem documentação legal a respeito do seu aproveitamento).

1. IPUPIARA	99,86%
2. ANGICAL	99,13%
3. OLIVEIRA DOS BREJINHOS	99,02%
4. CENTRAL	96,79%
5. BARRA DO MENDES	96,78%
6. BROTAS DE MACAÚBA	92,79%
7. BARREIRAS	87,16%
8. IRECÊ	86,01%
9. IBOTIRAMA	84,40%
10. COTEGIPE	83,51%
11. XIQUE - XIQUE	82,31%
12. BARRA	79,62%
13. IBIPETUBA	62,14%
14. GENTIO DO OURO	29,07%

Êstes dados podem dar uma idéia da segurança que as pessoas têm de comprovar seu direito de ocupar suas propriedades. Comparando êstes dados com os da distribuição de terra, podemos tirar uma conclusão mais segura a respeito dos lugares onde os pequenos proprietários são donos da terra, com comprovante legal.

ORDEN DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PROPORÇÃO "PREDOMINÂNCIA PEQUENOS PROPRIETÁRIOS" E "SITUAÇÃO LEGAL DAS PROPRIEDADES".

	Colocação seg. predominância peq. propriet.	Colocação seg. situação legal das propriet.	Média
1. IPUPIARA	2	1	1,50
2. OLIVEIRA DOS BREJINHOS	3	3	3,00
3. BROTAS DE MACAÚBA	1	6	3,50
4. ANGICAL	7	2	4,50
5. BARRA DO MENDES	6	5	5,50
6. CENTRAL	8	4	6,00
7. IBOTIRAMA	4	9	6,50
8. BARREIRAS	8	7	7,50
9. GENTIO DO OURO	5	14	9,50
IRECÊ	11	8	9,50
10. BARRA	9	12	10,50
IBIPETUBA	8	13	10,50
XIQUE - XIQUE	10	11	10,50
11. COTEGIPE	12	10	11,00

OBSERVAÇÕES:

1. Os dados usados para fazer esta análise provêm do IBGE e foram publicados no ano de 1960.

Sabemos que desde então vários municípios foram desmembrados e novos municípios criados.

Por isto não se fala aqui explicitamente de certos municípios conhecidos hoje em dia.

Em 1960: ANGICAL abrangia os atuais municípios de Cristópolis, Taboas do Brejo Velho, Brejolândia;

BARREIRAS abrangia os atuais municípios de Baiãoópolis, Catolândia, São Desidério;

BROTAS DE MACAÚBA abrangia uma parte do atual município de Morpará;

CENTRAL abrangia os atuais municípios de Jussara, Presidente Dutra, Uibaí;

COTEGIPE: Riachão das Neves;

GENTIO DO OURO: Ibipecta;

IBIPETUBA: Formosa do Rio Preto;

IRECÊ: Ibititá.

2. Os dados usados e conseqüentemente as estatísticas que tiramos delas não apresentam uma imagem inteiramente fiel da realidade. Isto porém é verdade para as estatísticas em geral. Consciente disto sabemos que não podemos basear o nosso estudo somente sobre elas. As estatísticas servem aqui de ponto de referência completando e acrescentando outros dados usados. Um destes dados é simplesmente aquele que encontramos nas conversas com a população local.

- Em primeiro lugar, os dados eram baseados no censo IBGE de 1960. Deste fato podemos imaginar que certas coisas evoluíram bastante desde então.

- Em segundo, a estatística sobre o número de famílias por propriedades agrícolas por exemplo, seria mais significativa para nós do que a estatística sobre o número de pessoas por propriedade agrícola. Porém, os dados demográficos disponíveis para este estudo, continham somente o número de pessoas, e não o número de famílias.

- A dúvida pode também existir a respeito do tamanho das propriedades. Uma pequena propriedade pode às vezes sustentar uma família enquanto uma chamada "grande propriedade" não será capaz de atingir o mesmo resultado. (os fatores de fertilidade do solo, das condições climatológicas entram no jogo aqui).

- Nos dados que possuímos não se pode descobrir quantos hectares uma família precisa realmente para sustentar-se. O que é exatamente uma pequena ou grande propriedade. Quando é que uma propriedade é chamada de pequena ou de grande?

- Enfim, pode se encontrar nesta região do Médio São Francisco, o fenômeno seguinte: grandes propriedades são divididas entre membros da mesma família para fins legais: claro que o número de propriedades agrícolas que constam no censo pode ser duvidoso.

CONCLUSÕES:

1. A área de atuação da FUNDIFRAN se divide em três regiões bem distintas, tanto na proporção população/propriedades, quanto no número de propriedades pequenas ou médias, ou na percentagem de propriedades com posse de terra legalizada.

Estas regiões são mais ou menos as seguintes:

a- Uma região na margem Leste do Rio São Francisco e situada no Sudoeste da área da FUNDIFRAN, abrangendo os seguintes municípios:

- . Gentio do Ouro
- . Ipipiara
- . Brotas de Macaúba
- . Barra do Mendes
- . Ibotirama
- . Oliveira dos Brejinhos

b- Uma região na margem Oeste do Rio São Francisco e situada no Nordeste da área da FUNDIFRAN, abrangendo principalmente o município de Ibipecta (Santa Rita);

c- Enfim, uma região que se estende dos dois lados do Rio São Francisco, abrangendo do lado Leste, deste mesmo, os municípios de:

- . Xique Xique
- . Central

e do lado Oeste, os municípios de:

- . Barra
- . Barreiras
- . Cotegipe
- . Angical.

2. Pegando o último quadro desta análise que é a concentração dos três quadros anteriores, a saber:

- Proporção População - Propriedades;
- Percentagem Propriedades de menos de 50 ha;
- Percentagem Propriedades com comprovantes legais.

Podemos ver que a área a-, isto é, a da margem Leste do São Francisco e situada ao Sudoeste da área da FUNDIFRAN (municípios de Gentio do Ouro, Ipipiara, Brotas de Macaúba, Barra do Mendes, Ibotirama, Oliveira dos Brejinhos), respondem melhor a primeira condição mínima da implantação duma E.F.R. (estrutura da posse da terra: pequenas e médias propriedades).

Seria o caso então de escolher dentro desta área, uma comunidade de terminada, tendo ao mesmo tempo, as outras condições mínimas expostas neste capítulo.

4.1.2. Sentido de Comunidade:

Outra condição mínima para a Comunidade Rural assumir a E.F.R. é a seguinte: precisa existir na comunidade um certo sentido de união, de compreensão, de responsabilidade. A filosofia mesma da E.F.R. se baseia muito sobre a colaboração dos pais e da comunidade. Colaboração que vai muito longe. Existe na escola um Conselho de Administração que inclui além do Coordenador da Escola e do representante da entidade criadora, representantes dos pais e da(s) Comunidade(s) local(is). O papel deste Conselho de Administração inclui os seguintes itens:

- Atuar no recrutamento dos novos alunos para a E.F.R., conscientizando os pais e as comunidades sobre o valor da educação;
- Determinar o calendário das atividades escolares;
- Acompanhar e orientar o andamento da E.F.R.;
- Avaliar as decisões tomadas pela equipe;
- Administrar a E.F.R. e a propriedade, controlando de ambas a contabilidade;
- Avaliar no fim do ano o andamento da Escola enviando à entidade criadora, sugestões sobre a Escola e os agentes educacionais;
- Procurar a participação dos pais e das Comunidades na vida da E.F.R.;
- Participar da avaliação final dos alunos;

Também existe na Escola uma Associação de Pais cujo papel é muito variado:

- . Os pais dos alunos são agentes educacionais;
- . Os pais são responsáveis pela educação dos filhos, participam e favorecem o diálogo entre a família e a Escola para que esta corresponda cada vez mais às exigências da família e possa ser o agente estimulador na responsabilidade educativa;
- . Os pais juntamente com a equipe e os alunos estudam as regras e as disciplinas da vida comunitária das Escolas;
- . Os pais participam das decisões tomadas na Escola;
- . Eles promovem e participam das reuniões da E.F.R.;
- . Os pais devem sempre estar em contato com toda a Equipe para conhecê-la e ajudá-la nas dificuldades, dar sugestões e juntos avaliar periodicamente os filhos;
- . Os pais para aproveitar os conhecimentos técnicos dos filhos devem ajudá-los na aplicação das novas técnicas adquiridas na Escola;
- . Os pais juntamente com os filhos, promovem atividades comunitárias e podem pedir colaboração à Equipe da E.F.R. e à entidade criadora;
- . Para que haja uma maior participação no processo educativo da Escola, os pais devem formar uma Associação;

- . A Associação dos Pais juntamente com a Equipe da Escola, escolhe o coordenador da mesma;
- . A Associação dos Pais indica um representante da comunidade local para participar do Conselho de Administração da E.F.R.
- . A Assembléia dos Pais elege três (03) representantes dos Pais para participar do C.A.E.F.R.;
- . A Associação dos Pais através do seu representante no C.A.E.F.R. e da Propriedade;
- . Os pais colaboram com a Equipe e o C.A.E.F.R. no recrutamento de novos alunos conscientizando outros pais e a comunidade sobre o valor da educação.

Fica claro que para poder assumir realmente esta co-responsabilidade e co-participação na vida da Escola como está previsto na filosofia da E.F.R., a comunidade já deve ser despertada para isto. Numa comunidade onde já existe por exemplo uma equipe de liderança leiga assumindo o culto dominical e as demais atividades religiosas, o caminho para a E.F.R. já está sendo facilitado. Uma comunidade que já beneficiou do trabalho constante e seguido de técnicos em Educação de Base, também já poderia ser apta a assumir uma E.F.R. Mas numa comunidade rural onde ainda não se iniciou nenhum trabalho, nenhuma animação comunitária, como muitas vezes é o caso na Diocese da Barra do Rio Grande, acho realmente difícil começar um trabalho do tipo E.F.R.

O grande perigo quando se implanta uma E.F.R. numa micro-região ou Comunidade Rural onde o pessoal não entende, não está conscientizado para assumir realmente a Escola, reside no fato da Escola se tornar simplesmente uma coisa não integrada não pertencendo à Comunidade, uma coisa imposta, sem valor concreto e existencial para os moradores. Também se não existe a co-participação do pessoal na Escola, ela vai perder pouco a pouco, a própria dinâmica, a própria metodologia e poderá se tornar aos poucos, uma simples Escola tradicional, o que não é seu objetivo.

Outro ponto de Participação dos pais na metodologia da E.F.R. reside no fato da alternância. O P.E. (Plano de Estudos) exige dos pais uma colaboração ativa na didática da Escola. Mas para chegar a isto, precisa pais conscientizados, sabendo e entendendo do papel a jogar para com os filhos.

Seria o caso de descobrir na área de atuação da FUNDIFRAN as comunidades já beneficiadas ou sensibilizadas à este respeito.

Para tentar ter uma idéia mais clara sobre a situação das comunidades à respeito do nível de vivência do espírito comunitário ou simplesmente à respeito do grau em que os nossos povoados já são ou não despertados no sentido da vida comunitária, informamo-nos nas seguintes fontes:

1. Os contatos com o pessoal da FUNDIFRAN (clero e leigos) durante as "semanas de estudo" realizadas em Barra;
2. O arquivo relatando o trabalho e a avaliação deste trabalho da Equipe Central de Educação de Base da FUNDIFRAN, (relatórios, avaliações e impressões de dois anos de trabalho na área da FUNDIFRAN).

1. Através dos contatos vividos durante os encontros da FUNDIFRAN em Barra, seja com o clero como com os leigos, podemos tirar algumas conclusões. Também às vezes, durante estes mesmos encontros, se deu palestras sobre diversas atividades nos vários polos ou simplesmente houve esclarecimento ou descrição do que estava sendo feito com o povo. Do conjunto formado por estas informações, podemos dizer o seguinte:

- A Paróquia de Brotas - Barra do Mendes, beneficia dum trabalho pastoral bem específico de "formação de comunidades de Base", desde vários anos, devido à ação dinâmica do seu pároco, (Pe. João). O método usado por ele e seus colaboradores é o das conhecidas "Comunidades Eclesiais de Base" visando a fazer assumir pelo povo os compromissos da fé cristã, (Culto dominical com os próprios responsáveis, e às vezes com os próprios ministros habilitados, segundo os casos, o administrar certos sacramentos, grupos de reflexão, catequese, etc...). Este trabalho abrange um número importante dos povoados da paróquia.

- Nas outras paróquias ou polos da Diocese, parece que não existe até agora um trabalho específico e seguido no sentido de formação de comunidades rurais. Isto não quer dizer que não existe uma atuação válida nestas outras áreas. Vários trabalhos estão sendo feitos, mas em geral se limitam mais a uma ou duas comunidades beneficiadas. É o caso em Ibotirama com Ilha Grande; em Barreiras com Barrocaço; em Xique-Xique com Palmeiras e Central; em Barra com Morpará e Buritirama e as três comunidades que foram trabalhadas pela Equipe de Educação de Base da FUNDIFRAN.

2. O arquivo da Equipe de Educação de Base da FUNDIFRAN vem confirmar o que nós já vimos. O espírito crítico dos membros da Equipe de Educação à respeito do trabalho do pessoal da Paróquia de Barra do Mendes - Brotas nos ajuda a descobrir que se tem pontos negativos na atuação, principalmente a centralização do trabalho nos coordenadores e o desligamento da realidade econômica, social e política das comunidades - concentração do trabalho no setor religioso, es -

tritamente definido - também pontos muito positivos como segue aqui:

- a- Estrutura existente, agindo dentro de cada comunidade e na área toda.
Decorrendo desta estrutura os seguintes pontos favorecem o desenvolvimento de um trabalho de educação comunitária:
 - . espírito de solidariedade entre as pessoas da comunidade e da área;
 - . exercício de vida em grupo e de responsabilidade por iniciativas para melhoramento na comunidade;
 - . indiscriminação de cor, idade, sexo e condição econômica em relação a participação nesses grupos;
 - . disponibilidade do pessoal para aprender.
- b- Facilidade de manutenção dos grupos existentes por causa da aceitação e confiança depositada na Igreja como uma autoridade.
- c- Idéia/tentativa de abrir estes grupos para a comunidade:
 - . integração dos grupos essencialmente religiosos (culto e catequese) com os outros grupos da Paróquia;
 - . discussão de temas não exclusivamente religiosos;
 - . estímulo a iniciativas para melhoramento da comunidade.
- d- A predominância de pequenos proprietários no invés de latifundiário, facilita o desenvolvimento de uma atitude de responsabilidade para a comunidade.

Achamos que estes pontos encontrados no arquivo da Equipe Central de Educação de Base da FUNDIFRAN, são bastante explícitos. Existem também relatórios de viagens e encontros nas outras Paróquias, (Xique-Xique, Palmeiras, Ibotirama, Ilha Grande, Barreiras e Barra). Mas nunca se encontra nesses relatórios, dados que apontam um trabalho evoluído e bastante positivo a respeito de formação de comunidades como em Barra do Mendes - Brotas.

Mais uma vez chegamos à conclusão que como na primeira das condições mínimas (estrutura da posse da terra), aqui também a área da Paróquia de Barra do Mendes - Brotas é a mais indicada para a implantação da E.F.R.

4.1.3. Comunicações Praticáveis:

Enfim uma última condição mínima que me parece jogar um papel bastante importante na implantação da E.F.R. numa região ou comunidade, é a infra-estrutura do setor transporte e comunicações. A região onde se pensa estabelecer uma E.F.R. deve beneficiar dos meios de transporte e comunicações essenciais. Isto não é um luxo que exige a escola mas é verdadeiramente um instrumento indispensável de trabalho. Analisando mais de perto a metodologia e a didática da E.F.R., se observa o seguinte:

- a Escola deve ser de acesso fácil em qualquer período do ano, permitindo aos alunos, pais, monitores e outro pessoal das comunidades, de assumir os papéis respectivos. Os monitores têm que regularmente visitar os alunos em casa durante uma alternância aí;
- os alunos não podem se permitir de faltar, por causa das estradas, uma alternância na Escola;
- os pais têm que poder assistir com regularidade às reuniões do C.A.E.F.R. e da Assembléia dos Pais, etc.

Uma Escola não poderia, por exemplo, ficar isolada da comunidade durante uma determinada temporada, porque perderia então o papel de integração na comunidade.

Claro que na Diocese da Barra, não se pode falar muito em infra-estrutura de comunicações ou transporte. Mas tem lugares, comunidades ou micro-regiões menos isoladas do que outros. São aqueles que deveriam ser escolhidos para a implantação da E.F.R., não se esquecendo, claro, das duas outras condições mínimas. Geralmente onde existe um certo tráfego estabelecido também já terá mais abertura, mais disposição de espírito para acolher a E.F.R.

4.2. A Escola Família Rural só pode funcionar eficientemente sendo um dos elementos do desenvolvimento integrado da comunidade ou micro-região.

A E.F.R. em si não pode ser o único instrumento do desenvolvimento de uma comunidade ou micro-região. Ela é um elo da corrente que forma a comunidade. Ela atinge através da juventude, os problemas essenciais e vitais da comunidade. Através de uma atuação direta com os jovens, a Escola toca nos vários setores da vida do homem: religioso, cultural, social e econômico. Através destes mesmos jovens a E.F.R. se liga intimamente com os adultos, os pais. Ela é e deve ser uma ajuda concreta no desenvolvimento econômico, atuando nas propriedades fa

miliares. A Escola pode muito bem ser um centro de cursos e treinamentos ou encontros com o pessoal do lugar. Mas sozinho ela não tem bastante recursos para atacar diretamente todos os aspectos da vida da comunidade. A ação da Escola deve fazer parte de um todo. Claro que os monitores da Escola não têm o tempo suficiente para atuar ao mesmo tempo nos vários setores. Os monitores se limitam à ação direta dentro da Escola com os alunos e fora da Escola, nas propriedades familiares.

A complementação da Escola reside numa equipe inter-profissional atuando na comunidade ou micro-região. Assim ao lado da ação educacional teria também uma atuação no setor higiene, saúde, crédito rural, agricultura, pesca, pecuária, educação de base, pastoral, etc...

Os monitores deve, é claro, participar e colaborar nesta ação global de desenvolvimento comunitário. Mas não podem assumir responsabilidades marcantes nela porque prejudicaria a metodologia da E.F.R. Uma metodologia que se quer ser executada fielmente e atingir seus objetivos, pede muito tempo e dedicação: alternância na Escola, currículo a seguir, preparação do P.E. e das aulas, dinâmica animadora da Escola, visitas às propriedades familiares, visitas às comunidades dos alunos, reuniões do C.A.E.F.R. e da Assembléia dos Pais, gestão da Propriedade, rentabilização da mesma, etc...

O papel dos monitores da E.F.R. para com o pessoal trabalhando na ação comunitária, pode e deve ser mais um papel de informação, de sugestões, de incentivo: são os monitores que conhecem também através dos frequentes contatos com os pais e alunos, as necessidades e aspirações dos moradores. Como também a equipe inter-profissional pode e deve comunicar aos monitores os conhecimentos, críticas, queixas, sugestões, avaliações captadas no meio do povo a respeito da Escola. Assim, a ação da E.F.R. completa a da equipe inter-profissional e vice-versa.

Para que a comunidade cresça em todos os aspectos ao mesmo tempo, é indispensável a presença das duas equipes. Se não, por falta de possibilidades reais de tempo, vai ser a qualidade da ação desenvolvimentista que sofrerá.

Aqui caberia muito bem também uma ação puramente de educação de base, especialmente na divulgação dos objetivos da E.F.R. e na ação conscientizadora sobre os pais afim de torná-los motivados em mandar os filhos para a E.F.R.

teóricas, a E.F.R. deve dispor dos meios para comprar ferramentas, sementes, adubos, material e produtos que possibilitem isto. O objetivo disto é duplo: como já dissemos, o primeiro é de possibilitar os alunos em aplicar os conhecimentos técnicos na realidade e o segundo, é de rentabilizar parcialmente a Escola Família Rural com o produto da venda da produção assim obtida.

- Carro Pick-up - justificacão

A primeira vista esta exigência pode parecer um excesso de luxo, absolutamente desnecessário. Mas, de fato, não é de jeito nenhum. Como já foi explicado várias vezes neste pré-projeto, a metodologia dinâmica da E.F.R. exige dos monitores uma presença regular nas comunidades dos alunos e principalmente nas famílias deles. Isto é indispensável para poder atingir os objetivos da E.F.R. Pode acontecer que as famílias ou propriedades dos alunos fiquem a 15 ou 20 Km da Escola.

Também o carro pode e deve servir a um bocadinho de outras exigências:

- . abastecimento da Escola em comida e em produtos e material usado nela;
- . transporte de doentes ou feridos;
- . visita da turma numa Fazenda, numa Cidade vizinha com o fim de estudos ou aprofundamento.

Tudo isto poderia resumir-se no seguinte: precisa um carro para dar uma maior autonomia de ação à E.F.R. a fim de não dever sempre depender da boa vontade de pessoas vizinhas.

- Salários pessoal - especificacão:

Na E.F.R. há dois tipos de pessoal salariado:

1. Os monitores
2. A cozinheira

Os monitores em número de 2 a 4 por Escola, segundo o número de alunos, são elementos formados. Seja professores, seja técnicos agrícolas. A respeito do engajamento do pessoal docente, ver neste trabalho, Cap. III, 3.2. A impor-

tância do salário deve pelo menos corresponder aos dos organismos estaduais e federais de ensino, com tôdas as vantagens sociais correspondentes.

A cozinheira deve ser escolhida não somente visando suas qualidades profissionais, mas também por suas qualidades humanas tendo em vista sempre o papel educacional jogado por ela em relação aos alunos. O salário da cozinheira deve corresponder ao salário normal na região neste tipo de profissão, portanto que seja o salário mínimo da região.

5.1.2. Participação do povo no financiamento da E.F.R.

No início deste capítulo foi dito que para realmente funcionar segundo a metodologia da E.F.R. e para atingir mesmo um nível de co-participação e co-responsabilidade na gestão, as comunidades têm de assumir na medida das possibilidades concretas, uma parte do financiamento da Escola.

Como definir esta co-participação da comunidade na implantação e sustentação da Escola?

Claro que na maioria das comunidades rurais da DIOCESE DE BARRA (área de atuação da FUNDIFRAN), o povo não tem as condições de colaborar com importantes quantias de dinheiro. Também achamos que a participação, em dinheiro, não é a melhor forma de agir no sentido comunitário.

Como poderia então se traduzir concretamente a participação do pessoal? Vimos neste capítulo as coisas vitais das quais a Escola precisa para começar a funcionar. Começamos com o Prédio Escolar. Na construção deste Prédio, o pessoal da comunidade poderia colaborar com a mão de obra gratuita. A parte da entidade criadora, consistiria mais em providenciar o material necessário à construção do Prédio. O pessoal ofereceria horas de trabalho nos dias de fins de semana, ou quando estiver disponível. Deste jeito a própria comunidade se sentiria mais responsável da obra comunitária e também mais tarde, cuidaria da conservação sendo propriedade comum.

Seguimos com a propriedade escolar. Aqui talvez a participação da comunidade, seja um pouco mais difícil. Tudo depende é claro, do grau de conscientização do pessoal. Poderia manifestar-se a colabo-

ração do povo sobre a forma de doação de um terreno respondendo as exigências da E.F.R. Isto seria realmente a colaboração ideal. Se o povo não estiver suficientemente da utilidade da Escola ou simplesmente não tiver as condições de fazer uma doação à E.F.R., a entidade criadora, de acordo com a comunidade, pode chegar a comprar um terreno adequado, mas não ao preço normalmente em vigor; tem que se manifestar a vontade de participação do povo da comunidade, mesmo em caso de compra do terreno pela entidade criadora da E.F.R.

É aqui que mais uma vez se observa a importância capital do papel de uma Equipe de Educação de Base ou outro pessoal visando a promoção e conscientização das comunidades rurais aonde se pensa implantar uma E.F.R.

Acho realmente que se a comunidade já participa na construção do prédio escolar com mão de obra gratuita e, na doação parcial ou total da Propriedade, a E.F.R. já tem uma boa base para fazer um trabalho válido.

5.1.3. Participação da(s) Prefeitura(s) no financiamento da E.F.R.

A participação da Prefeitura Municipal no financiamento da E.F.R. pode ser coisa muito benéfica e verdadeiramente útil à comunidade, como também pode se tornar coisa ruim na educação do povo, dividindo-o e criando situações desagradáveis e pouco desejáveis.

Antes de tomar qualquer iniciativa no sentido de pedir ou sugerir a participação da Prefeitura no financiamento da E.F.R., tem que pesquisar na comunidade, no meio do povo, para analisar qual é a situação política local. Tem que ver qual a incidência da política partidária ou não sobre o povo. Se a política, como muitas vezes se observa nos municípios do interior, divide realmente o povo em partes bem distintas, sem comunicação, bem fechadas sobre si mesmas, seria muito melhor para não arriscar de fazer um trabalho só com uma parte da população, não incentivar a participação do governo municipal.

Claro que é normalmente a Prefeitura deveria participar no financiamento da E.F.R. Afinal, a E.F.R. presta serviço à Prefeitura, aperfeiçoando e completando o setor educacional do Município. Mas uma grande prudência tem que ser observada antes de tomar qualquer iniciativa neste sentido.

A Prefeitura pode ajudar a E.F.R. de muitas maneiras: na construção da escola (material, mão de obra, dinheiro, etc...), na aquisição da propriedade (doação ou dinheiro), ou simplesmente pagando o salário, seja da cozinheira, da escola, ou de um dos monitores.

Tem que cuidar muito também, em caso de participação da Prefeitura Municipal no financiamento da E.F.R., de não chegar ao ponto de ingerência na gestão da escola. Mesmo em caso de participação da Prefeitura fica bem claro que a Administração da E.F.R. cabe à equipe de monitores (dependendo ela, da Entidade Criadora), e principalmente ao C.A.E.F.R., como também à Assembléia dos Pais, nada impede à Prefeitura de ter um representante no seio do C.A.E.F.R. para ter um controle sobre a Escola. Mas esta não lhe pertence absolutamente ela pertence em primeiro lugar à comunidade.

5.2. PESSOAL - CONTRATAÇÃO - FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Já vimos no Capítulo III, 3.2., o que significa ser monitor na E.F.R. Insistimos sobre a motivação do monitor em sua decisão, em sua opção de trabalho na E.F.R.

Sabemos também que o monitor da E.F.R. deve ter as capacidades profissionais que pede o seu papel na Escola.

Na contratação do monitor a Entidade Criadora deve tomar conta destes dois aspectos importantes. Achamos que o papel da Entidade Criadora não pára depois da contratação do monitor.

A primeira coisa a fazer depois da escolha do candidato, seria dar-lhe uma formação adequada na metodologia e filosofia da E.F.R. Isto é, claro, a coisa primordial. O novo monitor, antes mesmo de iniciar o trabalho na Escola, tem que estar por dentro da metodologia que vai orientar a sua atuação.

Como dar esta formação ao futuro monitor? Seria o caso de estudar se uma colaboração com o MEPES no Espírito Santo não poderia ser uma solução a este problema. Tendo um Centro de Formação para futuros monitores das E.F.R. em Vitória, o MEPES talvez seria satisfeito desta forma de colaboração.

Durante o estágio do futuro monitor, seria muito aproveitável para ele entrar em contato com os dois elementos básicos com que vai ser chamado a viver: primeiro elemento: o meio ambiente da Escola aonde ele vai atuar (lugar e povo); segundo elemento: o conjunto das pessoas com quem ele vai trabalhar (equipe inter-profissional que possibilita a

ação da Escola).

A entidade criadora deveria organizar, possibilitar estes contatos afim de por à disposição da Escola, um pessoal que além de ser motivado e profissionalmente capacitado, seria também preparado e consciente do trabalho a prestar.

Claro é também que uma vez o corpo docente contratado e formado na metodologia da E.F.R., como também preparado ao meio ambiente da Escola, a Entidade criadora tem ainda a responsabilidade de continuar uma ação visando sempre a atualização e formação humana e profissional deste corpo docente.

5.3. TRABALHO

Já analisamos os meios financeiros e humanos que a Entidade Criadora teria que por à disposição da E.F.R. para poder começar o trabalho concretamente. Neste sub-capítulo queremos tocar um outro aspecto da ajuda da qual a E.F.R. precisaria para funcionar bem. Este aspecto seria o da ação comunitária de apoio e complementação do trabalho da E.F.R. e as necessárias relações públicas para ela poder ficar atualizada e introssa com as entidades governamentais, públicas e privadas das quais ela precisa.

5.3.1. Ação Comunitária de apoio e complementação

No capítulo IV, 4.2., deste trabalho falamos da necessidade de ter ao lado da E.F.R. uma equipe inter-profissional (ed. de Base, pastoral, saúde, economia, etc...), completando e possibilitando sua atuação nas famílias dos alunos e nas comunidades que a Escola abrange.

Não vamos falar muito mais sobre a importância desta forma de complementação do trabalho da E.F.R.

Cabe à Entidade Criadora de, na escolha da comunidade chamada a beneficiar da ação da E.F.R., prever e ter a disposição este pessoal técnico. A comunidade pode já beneficiar desta atuação de desenvolvimento bastante seguida e organizada (caso de certas comunidades da Paróquia de Brotas - Barra do Mendes) ou ela vai beneficiar desta ação desenvolvimentista, prevista e planejada dentro do Plano Diretor da Entidade Criadora.

Uma coisa tem que ser bem certa: a comunidade, no momento em que vai ser beneficiada da E.F.R., deve já ser beneficiada também do trabalho de qualquer equipe inter-profissional visando a conscientização e promoção do povo.

5.3.2. Relações Públicas

Qualquer trabalho, qualquer atuação em qualquer nível ou tipo de ação em que ela toca, precisa ter as necessárias relações públicas no seu setor. No caso da E.F.R. estas relações públicas, é claro, seriam principalmente com dois setores bem definidos, a saber:

1. O setor do ensino, educação
2. O setor da agricultura

No setor do Ensino e Educação, a E.F.R. deve ter as possibilidades de poder entrar facilmente em contato com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e com os responsáveis da Educação nos Municípios onde ela está atuando.

No setor da Agricultura, vale a mesma observação. Talvez que aqui estas relações públicas da E.F.R. iriam além das atividades públicas ou governamentais para tocar também nas Entidades Privadas que atuam na região, no setor agrícola.

É claro que cabe à Entidade Criadora de possibilitar e facilitar estes contatos com aquelas entidades, sempre com o objetivo de dar à E.F.R. tôdas as possibilidades de atingir realmente seus objetivos específicos e gerais.

VI. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO

Fase 1. - Fevereiro - Março - Abril 1974

=====

- Mandar um estagiário da FUNDIFRAN no MEPES afim de conhecer em detalhes a metodologia e organização prática das E.F.R.;
- Procurar um técnico agrícola (brasileiro de preferência) e mandá-lo também no MEPES afim de fazer o estágio necessário;
- Escolher definitivamente a região e a comunidade rural em que se implantará a E.F.R. segundo os critérios relatados neste trabalho.

Fase 2. - Maio - Junho - Julho 1974

=====

- Mandar periodicamente os dois estagiários da FUNDIFRAN na área e comunidade escolhida para implantação da E.F.R. Isto afim de introzamento com o povo da região e com o pessoal técnico da FUNDIFRAN e os agentes de Pastoral trabalhando na área;
 - Planejar e organizar a implantação efetiva da E.F.R.: terreno (propriedade); prédio, etc.
- Isto em conjunto com o povo da região e eventualmente com as autoridades municipais.

Fase 3. - Agosto - Setembro - Outubro 1974

=====

- . Ampliar os contatos dos futuros monitores da E.F.R. com o povo e o pessoal técnico da FUNDIFRAN trabalhando na área;
- . Iniciar a construção do prédio escolar com a participação do povo e eventualmente da Prefeitura.

Fase 4. - Novembro - Dezembro 1974 - Janeiro 1975

=====

- . Continuar a construção da Escola;
- . Chegada definitiva dos monitores, de volta do MEPES, na comunidade rural da Escola;
- . Proceder junto com o povo e o pessoal técnico e da Pastoral, ao recrutamento dos alunos da E.F.R. na região;
- . Procurar e contratar na comunidade rural escolhida ou na região uma cozinheira para a E.F.R.

Fase 5. - Fevereiro - Novembro 1975

=====

- . Funcionamento efetivo da Escola Família Rural.

VII. C O N C L U S ã O

Este trabalho tem dois objetivos:

1. Mostrar que o tipo de trabalho promocional com jovens e comunidades rurais que é o da E.F.R., entra perfeitamente na filosofia básica de desenvolvimento da FUNDIFRAN e responde as linhas diretrizes expostas no seu "Plano Trienal 1974 - 1976".
2. Tentar esclarecer à FUNDIFRAN sobre dois aspectos importantes de uma eventual implantação da E.F.R. na sua área:
 - a- sobre a região da sua área de atuação mais conveniente e adequada para a E.F.R.;
 - b- sobre a contribuição e as responsabilidades da FUNDIFRAN (Entidade Criadora) para dar toda chance a E.F.R. de atingir seus objetivos.

Espero realmente que esta colaboração minha ajudará a Diretoria da FUNDIFRAN a tomar uma decisão sobre a implantação ou não implantação da E.F.R. na sua área de atuação.

Agradeço sinceramente a Paul HOWARD, sj, pela colaboração dada na parte das estatísticas no capítulo IV, 4.1.1., e a Maria Olinda RÉGO DA SILVA, pela contribuição na elaboração em geral.

BARRA, BA. dia 14/01/74.

Thierry de BURGHGRAVE.

TDB/mhr.

B I B L I O G R A F I A

=====

- Capítulo I .- "PEDAGOGIA E METODOLOGIA DAS ESCOLAS FAMÍLIAS RURAIS" MEPES - ANCHIETA - ESPÍRITO SANTO.
- Capítulo II .- CADERNOS DO CEAS Nº 8 "CHANCE AOS AGRICULTORES" SALVADOR, BAHIA - OUTUBRO DE 1970.
- Capítulo III .- IDEM Capítulo II.
- Capítulo IV .-
 - . CENSO IBGE 1960
 - . FUNDIFRAN : Arquivo Equipe Central de Educação de Base
 - . MEPES : Regulamento Interno das E.F.R.

TDB/mhr.

A N E X O Nº 1

RELATÓRIO DE VIAGEM EM BARRA DO MENDES E BROTAS DE MACAÚBAS. - 1974

DIA 18/1 a 24/1

- O padre João já conhecia a metodologia da E.F.R. Ele viajou para o Espírito Santo e conheceu aí o MEPES no fim de 1973.
- Ele pensava muito em tentar alguma coisa com os rapazes no setor agrícola.
- Isso completaria muito bem as atividades já em funcionamento na Paróquia. (trabalho Pastoral, setor de saúde e Escolas M. Goretti).
- Ele fez várias observações sobre as adaptações a fazer na metodologia da E.F.R. no caso da aplicação da região.

Principais observações:

FAMÍLIA:

Será que realmente existe na nossa realidade, sentido de família? Será que a família como tal, é apta a mandar o filho para a Escola? Parece que tem uma diferença importante entre a noção de família lá no Espírito Santo e aqui na região do São Francisco.

PROPRIEDADE:

Aqui na região, é mais propriedade da comunidade. Parece também que não existe esta estrutura definida de propriedades familiares. Existem sim possibilidades reais para muitos de trabalhar a terra, mas não tanto no sentido muitas vezes individualista da "propriedade familiar".

A Escola Família Rural se tornaria mais uma "Escola Comunidade Rural". Os alunos seriam mais orientadores da comunidade que melhores agricultores somente. Eles seriam mais representantes da comunidade do que das famílias.

FAIXA DE IDADE DOS ALUNOS:

Dêste conceito de formar mais "orientadores de comunidades" do que puramente melhores agricultores, foi sugerido de escolher (ou acultar) rapazes já maduros pela vida, com uma certa experiência, se possível. Também não se deve ultrapassar um número limitado de alunos ou representantes por comunidade para não acabar com a "safra" (recrutamento) de rapazes. Justamente para não cair no erro seguinte: ter na Escola rapazes de 15 a 17 anos que não têm a maturidade nem a autoridade para orientar a comunidade. Foi pensado em tentar ter rapazes de 18 anos para cima.

FORMA DE ORIENTAÇÃO PELOS ALUNOS NAS COMUNIDADES:

Foi pensado na possibilidade de criar nas comunidades tipos de "clubes de agricultores" ou "escolhinhas para a formação de lavradores" sobre a orientação dos alunos e ex-alunos.